

A reconstituição histórica dos movimentos estudantis: um debate sobre esquecimentos, celebrações, reflexões, comemorações e contra-comemorações

Otávio Luiz Machado
Mestrando em Sociologia na UFPE
otaviomachado3@yahoo.com.br

Resumo

O tema esquecimento e memória é muito importante para a História. E assim, colocar em pauta o que foi esquecido e merece ser lembrado faz parte do ofício do historiador. A súbita preocupação do tema movimento estudantil por parte de entidades políticas ou privadas merece a total atenção. A falácia destas entidades de que cumprem importante papel com a recomposição dos arquivos sobre o movimento estudantil, inclusive para facilitar o trabalho dos pesquisadores, deve ser visto como ocultamento de uma outra tarefa a que se sujeitam: a continuidade da instrumentalização política de entidades estudantis e a permanência nefasta de uma indústria cultural levada a cabo por grupos monopolizadores da cultura brasileira. A gestão da documentação estudantil deverá ser realizada por órgãos públicos, principalmente universidades, que constituem um patrimônio cultural de grande importância, pois o controle da sociedade na questão da gestão destes documentos é imprescindível para a garantia do acesso de pesquisadores e do público não especializado interessado na temática.

Palavras-chave

Memória; movimento estudantil; Brasil

Abstract

The themes forgetfulness and memory are very important to History. Thus, to bring about what was forgotten and deserves to be remembered is one of the duties of the historian. The sudden concern about the students movement by public or private entities deserves full attention. The fallacious assertions of these entities, stating that they are filling an important role in the recomposition of the files belonging to the Students movement, even if it is to the aid of researchers, has to be seen also as the withholding of another task that they carry out: the continuity of political instrumentalization of students entities, and the disgraceful permanence of a culture industry dominated by monopolizing groups of Brazilian culture. The management of the students historical documentation should be accomplished by public organisms, mainly universities, that constitute a cultural patrimony of great importance, because the control of society in the management of these documents is indispensable for warranting access to researchers and the non-specialized public interested in the subject.

Keyword

Memory, student movement, Brazil

INTRODUÇÃO

Em recente palestra na série O esquecimento da política, o historiador Luiz Felipe Alencastro tratou de um tema importante e caro aos historiadores: esquecimento e memória. O autor chamava a atenção quanto à centralidade do trabalho do historiador, que é o de arbitrar o que ficou no esquecimento e que deve ser retomado, bem como o de dar destaque a um assunto que não se fala mais e que deveria ser falado. Temas que são importantes numa época, noutra caem no esquecimento.

O nosso artigo foi produzido a partir de uma série de preocupações sobre a questão dos documentos estudantis universitários que estão sendo resgatados por diversas instituições com o intuito de preservá-los. E ainda chamamos a atenção para o urgente trabalho que deverá ser feito pelas universidades no que tange a sua memória institucional.

As inúmeras iniciativas de reconstituição da história dos movimentos estudantis podem ser festejadas como um súbito interesse despertado após um longo período de desinteresse. Mas nem tudo que reluz é ouro. A existência de arquivos prontos para os pesquisadores trabalharem pode ser apenas uma falácia de entidades que não possuem preocupações acadêmicas em seus projetos culturais. Em uma das partes que analisaremos no texto, cremos ter condições de apresentar adequadamente o contexto destes projetos de resgate e as implicações para a própria qualidade do

trabalho do historiador.

A falta de debate ou de crítica em cima de muitos projetos culturais que visam resgatar a memória do movimento estudantil é algo muito sério. E muito mais séria é a posse de documentos por entidades que visam se beneficiar de vastos recursos públicos eternamente.

Arquivo e memória: fundamentos do conhecimento histórico?

A história, que foi durante séculos resumida à crônica, atingiu um importante estado científico capacidade de explicar cientificamente a realidade social - com o Iluminismo. Foi aí permitido aos chamados historiadores afirmar que poderiam captar o sentido, as leis que determinariam o movimento da sociedade (Zaidan 1993, p. 23.).

A razão como parâmetro da existência humana, ou seja, a autonomia racional do homem levada ao extremo, dar-se-ia nesta concepção somente com o conhecimento, a educação e a ciência, cujo cultivo auxiliaria o homem na sua saída da minoridade e o levaria ao mundo da luz, do esclarecimento e da liberdade.

Neste contexto está a criação de arquivos para a preservação da memória nacional. Para Le Goff, no século XX foi estabelecido o triunfo do documento e a revolução documental (Le Goff, 1996, p. 539). Um dos principais responsáveis por tal façanha foi a Escola Positivista. Com o princípio de que não há história sem documento, cuja aplicação no método histórico foi exemplar na atividade do historiador, era imprescindível o uso de todo e qualquer documento como prova e argumento.

Georges Lefebvre, *El nacimiento de la historiografía moderna*, trabalhou especificamente a questão da inevitabilidade do trato de documentos pelos historiadores para a produção do conhecimento histórico:

Precisemos: el relato de aquello que subsiste del pasado, no de su totalidad. En efecto, gran número de acciones o de frases no dejan rastro alguno. Sobre todo las acciones y frases de interés colectivo, puesto que el individuo, por lo general, se despreocupa de ellas, sobre todo cuando su destino personal no está gravemente comprometido. Si, entonces, los hechos históricos no han sido registrados en documentos, o grabados, o escritos, pueden considerarse perdidos. Así sucede, en su totalidad, en lo que concierne a los orígenes mismos de la humanidad. La prehistoria no nos ha legado más que objetos, dibujos, unas pocas osamentas, que nos informan sobre el físico, las costumbres, la vida material de los primeros hombres, no sobre los hechos históricos de los que ellos fueron actores o testigos. La prehistoria no puede, evidentemente, ser objeto de un relato (Lefebvre, 1974, p. 13).

Quanto ao movimento dos Annales, um dos seus fundadores, Lucien Febvre, também tratou a questão dos documentos, embora de forma relativizada:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreatajuda que supre a ausência do documento escrito? (Febvre apud Le Goff, 1996, p. 540).

Febvre ainda criticou a passividade dos historiadores perante os documentos

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (idem, p. 545).

No caso do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que foi criado em 1838, teve, mesmo com todas as implicações negativas, um papel relevante ao estabelecer um resgate da documentação brasileira. O IHGB esteve voltado para um debate acerca da nação brasileira, tendo em vista que seu interesse era demarcar os grandes fatos, os símbolos nacionais e a biografia dos grandes nomes do império. A entidade foi responsável pelo acúmulo de um importante acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico.

Vários autores posteriormente tiveram suas obras marcadas pelo ineditismo das fontes. Foi o caso de Capistrano de Abreu, que teve destaque ao atribuir importância ao ofício do historiador. Para ele, o historiador além de pesquisar os documentos raros e realizar uma exploração sistemática dos arquivos, ainda deveria contribuir para sua divulgação. A partir de Ranke, Capistrano buscou criar uma metodologia para analisar e realizar a crítica documental. Para além da história dos viajantes (Martius, Spix, Pohl, Barão de Langsdorff) ou da história oficial de Varnhagem que para ele sua obra não passava de uma singela homenagem a Portugal, Capistrano traçou um dos primeiros passos para o estabelecimento de uma história mais científica e separada da literatura.

O sociólogo e historiador Gilberto Freyre também inovou nesta área. Em *Sobrados e Mucambos* (1936), ao trazer uma análise detalhada do movimento de acomodação (palavra cara ao sociólogo pernambucano) que o crescimento da vida urbana impôs ao *modus vivendi* dos senhores patriarcais, foi amparado em variada e inovadora documentação (memórias, teses médicas, narrativas de viagem, romances etc.). O livro é uma sucessão de quadros ricos em pormenores das mudanças por que passou o cotidiano brasileiro com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, com a abertura dos portos e com a rápida expansão das cidades. Talvez havia a preocupação de Freyre neste momento com a escrita da história e com a inovação nos métodos. O desconcertante em Freyre é que o conservador político não soterra o inovador teórico, principalmente nos métodos de pesquisa pouco ortodoxos, segundo Elide Rugai Bastos, da Unicamp.

Assim como Capistrano, Freyre foi inovador na observação como técnica e no uso das entrevistas, diferente dos historiadores tradicionais que se apóiam apenas nos documentos como fontes frias. Ele traduziu e copiou muitos documentos fundamentais para a compreensão do Brasil-Colônia, aproveitou os estudos e as interpretações de muitos viajantes e memorialistas e pesquisou em muitos arquivos de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e outros. A massa de notícias, avisos e anúncios de jornais do período colonial e imperial era significativa: anúncios de escravos, casa, móveis, dentistas, sapatos, chapéus, médicos, modista, teatro, mágico, colégio, livros, comidas e gulodices recebidas da Europa. Muitos nomes destes anúncios foram objetos de batismo de meninos.

Por fim, um outro aspecto que também mereceria considerações iniciais sobre a questão dos documentos, refere-se à utilização de fontes orais como documentos, pois com a crise das grandes narrativas da história, abordagens historiográficas substituíram antigas provas documentais por testemunhos orais, tornando a memória tanto objeto de análise quanto método (Santos, 2003, p. 12). Embora o uso de entrevistas ou depoimentos nas ciências sociais constitua uma técnica para se registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não-conservado, o que desapareceria se não fosse anotado (Pereira de Queiroz, 1991, p. 1-2), os registros orais uma vez transcritos tornam-se igualmente documento, e o seu aproveitamento na pesquisa dependerá de uma análise rigorosa, o que significa a devida decomposição deste texto, a fragmentação de seus elementos fundamentais para que se possa utilizar o que é compatível com o problema estudado.

A partir de uma rápida exposição sobre os documentos escritos e orais, focaremos nos chamados arquivos estudantis brasileiros.

A importância dos arquivos estudantis

O chamado resgate da memória estudantil não é recente. Muito menos a sua discussão. Foram várias as iniciativas, mas nem sempre bem sucedidas. A falta de continuidade dos projetos, a freqüente falta de verbas, o desinteresse de muitos personagens em disponibilizar seus próprios acervos e a ausência de uma política global de preservação de documentos acarretou a pulverização destas fontes, o que de todo não é tão negativo assim, pois o desafio da produção do conhecimento é a parte melhor do trabalho de pesquisa.

Nos últimos anos o movimento estudantil foi marcado por uma série de eventos. Tivemos eventos que giraram em torno dos 40 anos do golpe militar, dos 20 anos das Diretas-Já e uma série de comemorações que tiveram como centro artífices de movimentos sociais e políticos do século XX. Além das comemorações alusivas às datas de criações de universidades e faculdades. De um lado estavam aqueles interessados em realizar um debate sério sobre a questão; de outro, os que pretendiam comemorar sem nenhuma crítica e sem compromisso com a verdade histórica, pois

Comemorações podem configurar momentos de celebração vazios e repetitivos, o que ocorre na maioria das vezes, mas também ocasiões de reflexão sobre a instituição, especialmente quando considerados os seus diversos tempos históricos. É possível reconstruir momentos comemorativos que se constituíram em tribuna de celebrações diversas, de embate político e ideológico em torno da construção da representação do evento passado. Disputas que também indicam posições diversas relativas ao presente e produziram discursos que se contrapunham, dando origem, mesmo, ao que se poderia chamar de contracomemorações (Cardoso, outubro de 2004).

Outro problema é a ausência de séries documentais sobre os estudantes universitários. A documentação da principal entidade estudantil do Brasil, a UNE, foi praticamente perdida num incêndio criminoso quando da deflagração do golpe militar de 1964. Exemplo semelhante ocorreu em Recife, na Escola de Engenharia de Pernambuco, em atentado ao seu Diretório Acadêmico, em 20 de outubro de 1968. Depois da limpeza das cinzas, é que foi possível perceber que uma documentação significativa, como foi o caso das atas das assembleias do Diretório Acadêmico, havia sido extraviada; certamente foi queimada ou mesmo furtada na ação do Comando de Caças aos Comunistas (CCC).

Muito depois após a redemocratização é que foi possível repensar a questão dos arquivos universitários. Em 1992, na ocorrência do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, o professor Roberto Martins fez a seguinte consideração:

Os estudantes universitários são, normalmente, ignorados quando se pensa em arquivos científicos. (...) Mas se o ensino é desenvolvido tendo por preocupação central a formação dos estudantes, deveria ser importante lembrar que os alunos também (...) participam de órgãos da universidade, possuem uma vida estudantil (Martins, 1992, pp. 27-48).

Em texto mais recente, a professora Antonietta Nunes tratou da importância dos arquivos universitários, tanto para a história local, como para a pesquisa acadêmica:

De qualquer forma é preciso dizer que a ênfase para a preservação dos documentos que estão no interior da universidade é uma prática de grande importância, não apenas do ponto de vista da preservação dos registros da história local, mas como forma de viabilizar as pesquisas de pós-graduação e especialmente as de iniciação científica (Nunes, 2004).

A opinião expressa pelos dois pesquisadores de importantes instituições de ensino, pesquisa e extensão de universidades brasileiras comprovam a importância dos acervos estudantis para a própria produção do conhecimento sobre a Universidade e a sociedade brasileira. A Universidade é o local de produção de conhecimento. E a composição de arquivos sobre o movimento estudantil é produção de

conhecimento e não ajuntamento de documentos. É preciso aliar pesquisa acadêmica com a organização e produção de fontes arquivísticas.

Mas, há ainda a falta de uma legislação que institucionalize a posse de documentos estudantis pelas próprias universidades, no caso das entidades estudantis não puderem ou não se interessarem pelo destino de tais documentos, conforme um parecer jurídico da UFPE: A documentação produzida pelas entidades estudantis não são de propriedade da Universidade, que não pode, portanto, reivindicá-la, nem interferir no destino que tais entidades lhe dão (UFPE, 2006).

As experiências que temos acompanhado nos últimos anos apontam caminhos diferentes quanto à destinação dos arquivos estudantis. Analisaremos a seguir duas delas: a da UFMG (Projeto República e a do Projeto Memória do Movimento Estudantil que é uma parceria entre a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Fundação Roberto Marinho).

Uma experiência acadêmica de composição de arquivos estudantil: o projeto República da Universidade Federal de Minas Gerais

A Universidade Federal de Minas Gerais é uma das mais importantes Universidades brasileiras. Reúne um corpo de professores, estudantes e funcionários do mais alto nível. São milhares de ex-alunos de graduação e de pós-graduação que a UFMG possui ao longo de sua existência. Não foram poucos, também, os episódios de resistência da ditadura militar, a luta pela reforma universitária etc.

No Projeto República, que tem também como um dos seus objetivos reconstituir a história do movimento estudantil da UFMG, foi extremamente relevante a exposição liberdade, essa palavra, que focou a rememoração da luta estudantil contra a ditadura na UFMG. A data escolhida para o evento, as comemorações do 77º aniversário da UFMG, em setembro de 2004, também foi marcada pelo desejo da instituição de apresentar o quanto é importante o resgate ou reconstituição de sua própria história.

Para uma das coordenadoras do evento, a Professora Heloísa Starling, a UFMG assumiu a tarefa de reencontrar o tempo e devolver lembranças sobre os fatos que marcaram sua participação na vida política desse período, com a intenção de construir um relato sobre o que aconteceu, narrar uma história e envolver-nos nela (Starling, 2004).

O evento pôde apresentar diversos documentos do período, mas também denunciar a ausência destes documentos, levando-se em consideração que pelo descaso de algumas entidades estudantis e, principalmente, pelas ações do regime militar, que fez desaparecer pessoas e documentos (Germano, 2004).

Um dos ex-alunos da UFMG, que também participou do movimento estudantil, realizou doação de parte do seu acervo não à UFMG, mas a outro projeto fora de Minas Gerais. Estava no meio da documentação doada uma ata do Diretório Central dos Estudantes da UFMG num dos momentos mais difíceis da instituição, ou seja, o período da ditadura militar.

Para o professor Rodrigo Patto, que está trabalhando na documentação do antigo DOPS, essa documentação é inédita, (e) até agora não tinha sido pesquisada, não tinha sido utilizada para a produção de conhecimento (Patto, 2004).

Para a professora Germano, que também é pesquisadora do projeto República,

Na falta de uma memória organizada e que englobe as várias facetas desse movimento, nossa pesquisa baseou-se em alguns poucos acervos: o do próprio Projeto República; o da AESI; os dos D.A.s das faculdades de Engenharia, Direito e Educação; o do ex-reitor Eduardo Osório Cisalpino; e o do Teatro Universitário, dentre outros de grande valia. Quanto aos documentos, muitos não têm datação precisa e a maioria do corpus se referia aos anos 70 (Germano, 2004).

O projeto da UFMG possui apoio técnico e financeiro da própria instituição e de importantes órgãos de fomento à pesquisa como o CNPq e a FAPEMIG. O que significa que o envolvimento de estudantes e professores se dá diretamente em conjunto com o projeto, no qual envolve ou já envolveu,

além dos professores, cinco bolsistas de iniciação científica e um estudante que concluía seu curso, mesmo que a linha de pesquisa sobre memória do movimento estudantil seja muito recente (foi criada em 2004).

Mesmo sendo um projeto de mais alta relevância acadêmica, infelizmente a UFMG não tem conseguido garantir a prioridade no recebimento de documentação produzida no seu meio, embora, conforme a professora Heloisa Starling afirma, têm recebido muitas doações e a tendência é crescer (Entrevista por e-mail, janeiro de 2007).

Segundo Starling, a universidade precisa assumir a responsabilidade de cuidar de sua história (idem), pois, conforme temos verificado, devido à falta de um centro de memória em muitas universidades, parte da documentação está se perdendo no lixo ou sendo acumulada em entidades que não sabem sequer o que fazer com parte da documentação que arrecada.

A partir do que contracenamos com o Projeto República, seja através do recebimento da divulgação das suas atividades, seja através da pronta-resposta acerca das dúvidas que tínhamos e que solicitamos via e-mail, cremos que tal projeto é um importante veículo de reconstituição da memória do movimento estudantil brasileiro. Um projeto que está disposto a dialogar com outras universidades e com diversos pesquisadores para trocar experiências, inclusive no recebimento de críticas, com certeza é capaz de atender públicos diversos ao longo de sua existência.

Uma experiência não-acadêmica de composição de arquivos estudantis: o Projeto da UNE/Fundação Roberto Marinho

Um outro projeto de resgate da memória histórica da UNE (e não do movimento estudantil brasileiro) está sendo realizado por uma sociedade entre a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a Fundação Roberto Marinho. Intitula-se Memória do Movimento Estudantil.

O citado projeto, que está registrado no Pronac sob o nº 030926 e possui como codinome Memória da U.N.E, têm como proponente a conhecida Fundação Roberto Marinho. A área registrada do projeto é Audiovisual, enquanto o segmento é o de Preservação/Restauração da Memória Cinematográfica. No site do Ministério da Cultura (Minc) o projeto traz o seguinte sumário: recuperação e preservação da memória e da história da UNE. Criação de acervo sobre a história do movimento estudantil através de um site na internet, CD-ROM e gravação de um vídeo digital com depoimentos de dirigentes e militantes de diferentes épocas (site Minc, 2007). O orçamento inicial, que estava em cerca de 1,5 milhões de reais, foi dobrado após a renovação do projeto junto ao Ministério da Cultura, cujo atual valor é R\$: 3.062.134,50 (três milhões, sessenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e cinqüenta centavos).

Inicialmente com o objetivo de produzir uma série de vídeos sobre o movimento estudantil brasileiro a partir da edição de entrevistas produzidas pelo projeto ou mesmo imagens do tema em diversas imagens de arquivos, o projeto ainda ousou coletar e dispor dados sobre a atuação do movimento estudantil, registrar depoimentos de suas principais personagens e realizar uma campanha nacional de incentivo à doação de documentos sobre o tema visando criar condições para a organização do Centro de Memória do Movimento Estudantil, na futura sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro (site MME, 2007).

Na tentativa da produção do conhecimento, a Fundação Roberto Marinho, diferentemente da UFMG, não teria condições sequer de se envolver com esta história. Esta é uma primeira questão. As organizações Globo apoiaram o regime militar e contribuíram para a criação de muitos mitos sobre este movimento estudantil. A palavra golpe referente à tomada do poder pelos militares sequer era usada; utiliza-se a doçura da palavra revolução nos diversos veículos do Grupo Globo.

As condições ou disposições de tornar públicas determinadas parcelas da documentação existente é uma segunda questão que se poderia formular neste momento. Uma condição para a legitimidade do processo de acesso, posse e divulgação destes documentos deveria ser o fim acadêmico ou a experiência científica na produção do conhecimento por parte da instituição. Outra condição seria a possibilidade de tornar público dados relevantes sobre a história do movimento estudantil, e não a parte mais comercial e chamativa.

O formato televisivo retira toda a capacidade de apreensão da memória, que é uma construção social do presente. A posse de tal documentação pela Fundação Roberto Marinho e a União Nacional do Estudante é questionável. Termos de autorização e os próprios informes do *site* do projeto apresentam a Fundação Roberto Marinho como detentora de todos os direitos garantidos. E apresentam um extremo controle de uma documentação que é pública, e que de direito, pertence a outras instituições.

Neste caso, a posse de tal documentação sob o domínio de uma fundação privada, a Fundação Roberto Marinho, e de uma entidade política, a UNE, poderá ferir aquilo proposto pela ANPUH em documento Democracia, Direitos, Arquivos e Documentação, divulgado por sua Diretoria Nacional, em São Paulo, no mês dezembro de 2004: o arquivo, enfim, existe para seu usuário, para atender desde a mais desinteressada consulta a mais especializada pesquisa. O estímulo à doação de documentos deverá ser feito em benefícios dos órgãos públicos, principalmente as universidades, que constituem um patrimônio cultural de grande importância.

A partir do que contracenamos com o Projeto Memória do Movimento Estudantil, cremos que tal projeto falha muito naquilo que num arquivo histórico é fundamental: a ampla publicidade. A falta de diálogo profícuo com pesquisadores das universidades brasileiras é um mau caminho que está sendo tomado pelo Projeto Memória do Movimento Estudantil.

Finalmente, os objetivos do projeto MME, apresentados num dos artigos do livro publicado pelo Museu da República (Muller, 2005), apresenta o mesmo como a salvação da memória nacional. Sob o argumento de que os documentos estão espalhados em diversas instituições, que o projeto MME poderá servir como uma bandeira a favor dos arquivos da ditadura e contribuirá para a fomentação de novas pesquisas e análises bem como para a formação de novas gerações de brasileiros (idem, p. 51), a autora esqueceu de analisar o seguinte: que são muitas as implicações legais e operacionais da posse da documentação numa entidade privada a futura sede da União Nacional dos Estudantes; que o deslocamento de parte da documentação existente sobre o tema dos locais de origem para o Rio de Janeiro dificulta o contato primário dos futuros pesquisadores ou público em geral diretamente com a mesma (sobretudo criando dificuldades de acesso a estudantes de graduação); a Fundação Roberto Marinho (leia-se Rede Globo) está adquirindo todos os direitos de uso e de divulgação dos documentos, principalmente sendo seu cessionário; que no termo de cessão da documentação a Fundação Roberto Marinho assume divulgar apenas o que lhe convier, o que significa que o ocultamento da história deverá ser um dos pontos discutíveis na parceria entre a FRM e a UNE.

CONCLUSÃO

Os arquivos e documentos são importantes para a construção do conhecimento histórico. No caso da história do movimento estudantil, que há bastante tempo trabalhamos, a realização de entrevistas têm substituído enormemente a ausência de documentos escritos e datados. Por outro lado, a nossa experiência demonstrou que é fundamental que os arquivos montados a partir desta documentação tenha uma administração pública, pois o controle da sociedade na questão da gestão destes documentos é imprescindível para a garantia do acesso de pesquisador e do público não especializado interessado na temática.

Há em marcha a criação ou aprimoramento de inúmeros centros de memórias nas universidades brasileiras. A preocupação acadêmica na pesquisa, o enfoque extensionista dos projetos com a dotação dos espaços do arquivo de um ambiente de ensino-aprendizagem, de rememoração e de integração com a sociedade e a ênfase na história das universidades associadas com a história do movimento estudantil não deve ser descartada.

Uma tomada de posição é urgente, pois senão a parca documentação estudantil cairá integralmente na instrumentalização política de entidades estudantis ou no fetiche da indústria cultural levada a cabo por grupos monopolizadores da cultura brasileira.

A recuperação de documentação universitária dispersa em arquivos privados ou encontrados em outros destinos só terá efeito com a realização de projetos especiais das próprias universidades com este intuito, além da mudança da legislação em vigor que trata da posse de documentos oriundos

de órgãos públicos ou entidades que tiveram financiamento via recursos públicos de municípios, estados, União ou por meio de incentivos fiscais.

Além do mais, a criação de políticas próprias nas agências de fomento, a partir da CAPES e do CNPq, que incentivem e apoiem os pesquisadores que trabalham com documentações de entidades públicas ou que não estejam guardadas em arquivos públicos que tenham um compromisso de disponibilizar originais ou mesmo cópias de documentos que são utilizados em projetos de iniciação científica, conclusão de curso, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento às instituições de origem para impulsionar um espírito de conservação de documentos.

A exemplo do que foi estimulado pela CAPES, ou seja, a publicação em sítios da internet das dissertações e das teses financiadas com bolsas oriundas de recursos públicos, a publicação eletrônica de documentos ou mesmo de entrevistas coletadas durante a fase de pesquisa de muitos pós-graduandos também poderiam servir de suporte a novas pesquisas e mesmo contribuir com a divulgação da memória social brasileira, além de propiciar aos pesquisadores ampla produção científica em suas carreiras acadêmicas.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Esquecimento e Memória . In: **O esquecimento da política**. www.cultura.gov.br.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC): Site: <http://www2.minc.gov.br/scripts/Cgmi/InternetSac/PronacPronac.idc?Pronac=030926&UF=+&NomeProjeto=&Ano=>. Consultado em 03 de janeiro de 2007.

CARDOSO, Irene. USP, 70 ANOS: COMEMORAÇÕES E CONTRA-COMEMORAÇÕES . In: **Revista Adusp**, São Paulo, n. 33, p. 13-20, out. 2004, p. 13-20.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**. 14ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 2 volumes.

_____. **Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. 4.ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. 2 volumes.

GERMANO, Lígia. Na parede da memória . In: <http://www.ufmg.br/liberdade/index.htm>

LEFEBVRE, Georges. **El nacimiento de la historiografía moderna**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1974.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MACHADO, Otávio Luiz. A leitura das narrativas dos ex-alunos da Escola de Engenharia de Pernambuco: a formação profissional e o profissionalismo . In: **Anais do Simpósio Internacional Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social**, Recife, UFPE. 2006.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica . In: **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 27-48.

MULLER, Angélica. A contribuição do Projeto Memória do Movimento Estudantil: preservação da memória e novos dados para a história do ME . In: **Memória do Movimento Estudantil**, Rio de Janeiro, Editora do Museu da República, 2005, p. 49-55.

NUNES, Antonietta. A institucionalização da gestão documental da FAGED/UFBA: relatório de um trabalho em andamento . In: **Anais do V CINFOM Encontro Nacional de Ciência da Informação**, Salvador, 2004.

PATTO, Rodrigo. Entrevista . In: <http://www.ufmg.br/liberdade/index.htm>. Consultado em 03 de Janeiro de 2007.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1991.

PROJETO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL (MME). In: www.mme.org.br. Consultado em 03 de janeiro de 2007.

REIS, José Carlos. **A História Entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

STARLING, Heloisa. Liberdade essa palavra . In: <http://www.ufmg.br/liberdade/index.htm>
Consultado em 03 de Janeiro de 2007.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): Site: <http://www.ufmg.br/online/arquivos/003677.shtml>. Consultado em 03 de janeiro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. PROCURADORIA GERAL FEDERAL. **Documento de consulta à Procuradoria Geral Federal Ref. Proc. 23076.012599/2005-69**. Recife, 15 de fevereiro de 2006.

Michel ZAIDAN. **A história como paixão**. 3ª ed. rev. e ampl. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

1